



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PRESIDENTE: ADRIANA RAMALHO

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12/09/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a presença dos nobres Vereadores Milton Ferreira, Gilberto Nascimento e Vereador Reis na presidência, declaro aberta a 6ª reunião ordinária da Comissão Extraordinária Permanente de Segurança Pública.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no link auditórios on-line.

A pauta desta reunião é a questão da segurança para os participantes da Marcha da Consciência Negra, conforme lei 17.045, de 2019.

Quero convidar para fazer parte da Mesa a Sra. Maria das Dores Alves, representando o Secretário de Segurança Urbana, Sr. José Roberto de Oliveira e os Srs. André Montoro, Assessor Parlamentar da Secretaria Municipal da Casa Civil; Luiz Alberto de Moraes, Inspetor Superintendente da Guarda Civil Metropolitana; Angeli, Coordenador da CET; Fernando Tedeschi, Técnico da CET; Afonso Preti, Procurador de Justiça, representando o Sr. Gianpaolo Smanio, Procurador Geral de Justiça; Capitão Nakaharada; Professora Elisa Lucas, Secretária Executiva da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo; José Adão de Oliveira, do Movimento Negro; Vinicius Conceição Silva, Defensor Público; Sandra Mariano, do Conen; Maria Silvia de Oliveira, representando a Ordem dos Advogados do Brasil; Fernanda de Paula, Presidente da Unegro; Eduardo, Agente Pastoral e Enéas Silva, Agente Pastoral Negros do Brasil.

Agradeço a presença de todos, dos que aceitaram o nosso convite e estão presentes. A questão que foi trazida a esta Comissão de Segurança Pública é a Marcha da Consciência Negra que acontece todos os anos e sai ali do vão do MASP, segue pela Av. Paulista, desce a Consolação e termina no Theatro Municipal, Praça Ramos de Azevedo.

Fizemos um requerimento ao Ministério Público pedindo que fosse feito um aditamento ao TAC que prevê somente três eventos na Av. Paulista. São eles: a Parada LGBT, o Réveillon da Paulista e a Corrida de São Silvestre.

Tendo em vista que foram trazidos os problemas que acontecem todos os anos e quando essa Marcha sai, o trio elétrico usado para fazer a manifestação muitas vezes é

multado, ameaçado de guincho e a Av. Paulista agora é aberta aos domingos e feriados, não é autorizada a passagem de veículos. E entendemos que a Marcha pudesse então, inclusive, por ser no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, um feriado, e a Marcha tem tudo a ver com a questão da Consciência Negra, que não tivesse tantos problemas como aconteceram no passado.

Já chamamos aqui a Polícia Militar e o Comandante da PM, representando a Capital e ele nos disse que segue as orientações da Cia. de Engenharia de Tráfego, que geralmente é feito lá o protocolo, o pedido e ele segue. Como tem o entendimento de que só pode haver esses três eventos, então acabam cumprindo aquilo que é feito junto à Cia. de Engenharia de Tráfego.

No Ministério Público o entendimento que tivemos, inclusive, com a Secretária Elisa Lucas, que participou, e o Movimento Negro, é que a Marcha da Consciência Negra é uma manifestação. E em sendo uma manifestação não está proibida de ocorrer na Av. Paulista. Por isso achamos por bem chamar todos aqui, para buscarmos de comum acordo com o Ministério Público, a Secretaria de Igualdade Racial, o Movimento, a Engenharia de Tráfego, para que possa ocorrer essa manifestação sem tantos problemas como no passado.

Feita minha fala abro a palavra. Tem a palavra o nobre Vereador Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Cumprimentar todos os presentes, inclusive, o Vereador Ricardo Nunes, que chegou também, faz parte da nossa Comissão. Sempre bem-vindos aqui na nossa Comissão Extraordinária Permanente de Segurança Pública.

Estava conversando com a Maria das Dores, representante da Secretaria de Segurança Urbana, que quando tratamos desse tema aqui na Secretaria de Segurança Pública, parece que há um histórico de atitudes quando pensamos em violência. Não. Pelo contrário, sabemos que essa manifestação, essa Marcha é legítima. Mas, como foi falado aqui pelo nosso Presidente em exercício, Vereador Reis, essa marcha é legítima, e o que queremos buscar aqui – e quero cumprimentar o Vereador Reis por fazer essa reunião na Comissão – é

exatamente discutir e superar esses pontos. Porque, pelo entendimento deste Vereador que vos fala, assim como do Vereador Reis e também de muita gente de nossa cidade, há esse anseio. Então, como superar isso? Esta Comissão quer cumprir esse papel, quer abrir esse diálogo e tentar buscar saídas.

Minha fala é mais para parabenizar e também me posicionar favorável a que busquemos essas saídas, resguardados, claro, todos os aspectos legais. Acho que esta Casa é o fórum onde podemos tratar disso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vereador Milton Ferreira. (Pausa) Vereador Ricardo Nunes. (Pausa) Secretária Elisa Lucas. (Pausa) No microfone, por favor, para que sua fala conste das notas taquigráficas com a devida identificação.

A SRA. ELISA LUCAS RODRIGUES – Boa tarde a todos e a todas. Agradeço a oportunidade. Na verdade, estamos aguardando o resultado daquela audiência que tivemos com a Promotora, que ficou de avaliar a referida TAC, uma vez que outros podem. É apenas uma manifestação muito legítima do movimento social negro, no sentido de se celebrar o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Inclusive vimos agora de um curso onde falamos de todas as nossas demandas, do histórico dessa população negra, tão ainda alijada e excluída, e também até impedida de ter sua manifestação no maior município da América Latina por conta de uma TAC.

De nossa parte, da Secretaria de Direitos Humanos, já foram feitos os ofícios. Então, essa questão de taxa, de CET, de liberação é nossa competência. Isso nós podemos aqui afirmar de público que está acertado. O que está faltando é sabermos qual é o entendimento, o resultado, Vereador Reis, daquela audiência que tivemos com a promotora, que ficou de avaliar. Parecia – pelo menos eu senti assim – haver todo o interesse de ser justa, no sentido de ela não estar fazendo nenhum favor em nos conceder o direito de fazer essa manifestação no dia 20 de novembro. Há quase 20 anos acontece a Marcha da Consciência Negra, e é extremamente legítima a posição do movimento social negro, que quer apenas a celebração, a manifestação no dia mais importante para nós, no nosso calendário, que é o Dia

Nacional da Consciência Negra.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Está presente o Sr. Vinicius da Conceição Silva, representando nesta reunião a Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Pergunto e o representante do Movimento Negro Unificado, Sr. José Adão, quer ocupar a palavra. (Pausa)

O SR. JOSÉ ADÃO DE OLIVEIRA – Obrigado. Quero parabenizar os Vereadores presentes e também esta Casa por tudo o que tem feito nesses últimos anos em relação a esse resgate da história do povo brasileiro. Esse resgate também contempla o dia em que foi aprovado nesta Casa o feriado de 20 de novembro.

Quando a Dra. Elisa Lucas fala dos 20 anos da Marcha, lembro em 20 de novembro de 2019 fará 40 anos desde quando realizamos o primeiro evento de celebração do dia 20 de novembro por meio de uma caminhada da escadaria da Catedral da Sé até a escadaria do Teatro Municipal. Hoje esse dia é considerado feriado em mais de 300 municípios de três Estados, e a tendência é que se torne um feriado nacional, pois a população negra é a maioria; e, se não o fosse, é parcela importante do povo.

Em 2017, estive em uma reunião no Batalhão da Polícia Militar, na Liberdade, que contou com a participação da representação do Metrô, da Guarda Civil Metropolitana, do Comando de Trânsito da Polícia Militar – Área Central; só faltaram representantes da CET e da Subprefeitura da Sé.

Apresentamos R.G., fizemos um acordo e assinamos para que não houvesse nenhum problema, e realmente não temos nenhum problema com a Polícia Militar e com a Guarda Civil Metropolitana. O que há é um desentendimento político que ocorre um ano sim e outro, não. Nesses quase 20 anos, só tivemos problemas umas duas vezes em relação à multa. No mais, há um entendimento civilizado de que é uma data realmente importante para a cidade de São Paulo.

Concordo em parte com o conselho de manifestação, mas esse evento, feito há quase 20 anos, com alegria e festa, se tornou um marco na Cidade.

Por isso, conto com o apoio dos Parlamentares para que façamos o possível para chegarmos a um entendimento em prol da nossa cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Convidei a Secretaria Municipal de Casa Civil, mas, no ano passado, aconteceu que a Secretária Elisa Lucas pediu estrutura para a Casa Civil, que acabou sendo negada. A desculpa da Secretaria foi de que não podia ter evento na Paulista, porque só podiam três eventos. Mesmo tendo a Secretária Elisa Lucas falado isso, eu quero reafirmar o que disse a Promotora do Ministério Público, que não considera a marcha um evento, mas uma manifestação. O Vinícius estava presente, mas eu não sei se ele quer falar sobre essa questão.

A Promotora entende que é uma manifestação e não um evento, e é isso que, muitas vezes, dificulta, porque ficamos na dúvida se é uma manifestação ou um evento. Se fosse um evento, seria o dia inteiro, receberia estrutura de palco e todas as forças seriam acionadas. Já a marcha, não, ela tem um horário definido para começar e, depois de um percurso, ela termina. Mas o entendimento é que é uma manifestação.

O SR. VINÍCIUS DA CONCEIÇÃO SILVA – Boa tarde a todas e todos. Saúdo todos, os Vereadores, as autoridades presentes e os representantes dos órgãos públicos, e parableno-os pela oportunidade de termos esse momento de diálogo sobre uma questão que é tão cara e importante para o movimento negro, uma questão cuja importância já é reconhecida pelo Município de São Paulo, a partir do momento em que ele reconhece que é feriado municipal. Há, portanto, um reconhecimento histórico da data de 20 de novembro para a Cidade.

Temos acompanhado alguns relatos de dificuldade dos representantes dos movimentos e da própria população em algumas edições de realização da marcha no que tange a tranquilidade no exercício do direito de manifestação. Há alguns relatos de que, eventualmente, são multados e de algum entrelaço na hora da realização da concentração

para a marcha. Travamos diálogos com movimentos, com representantes da Câmara e com o próprio Ministério Público para entender qual é o entendimento jurídico das instituições em relação à natureza jurídica da Marcha da Consciência Negra.

Nesse diálogo com a Promotora de Justiça, ela trouxe o entendimento da própria autoridade municipal buscar a ordenação da Cidade. Foi uma iniciativa do próprio Executivo Municipal no sentido desse compromisso, desse acordo que existe entre o Ministério Público e a Prefeitura, indicando que a cidade de São Paulo só pode ter três eventos oficiais ali na Avenida Paulista. É um TAC de 2006, quando existia até outra concepção de ocupação da Avenida Paulista. Depois disso todos aqui sabemos que algumas estratégias foram mudadas, algumas concepções foram mudadas. Hoje a Paulista fica aberta aos domingos, que é outra realidade. Toda a discussão que existia sobre mobilidade urbana, ao fato de a Avenida Paulista estar na rota, por exemplo, de alguns hospitais, também fez parte da conjuntura desse TAC.

E aí um relato muito claro da promotora era no sentido de que ela não compreendia muito bem qual era a dificuldade, uma vez que a marcha não tem natureza de evento oficial. A gente não vende para fora como evento, como a Parada LGBT, Réveillon e a Corrida de São Silvestre. Na verdade seria o livre exercício do direito de manifestação das pessoas que não deveria ter nenhum tipo de entrelaço, que as instituições deveriam ter a preocupação de garantir a realização desse direito sem qualquer embaraço, garantir que a Marcha ocorra.

Tradicionalmente a Marcha é caracterizada como um evento extremamente pacífico. Quem já teve oportunidade de participar ou de transitar na Avenida Paulista no dia da Marcha, coincidentemente a Marcha também dialoga, nos últimos anos, com as pessoas que estão na Avenida Paulista, não necessariamente por conta da Marcha em si, então tem uma integração das atividades da Marcha com as pessoas estão na Avenida Paulista ocupando o espaço público.

Então existe uma compreensão, na verdade, de que as instituições, Casa Civil, Secretaria de Direitos Humanos, OAB, CET, Polícia Civil, Polícia Militar precisam criar um pacto mesmo de garantia de que esse direito seja exercido de forma tranquila, pacífica, sem

nenhum tipo de embaraço. Então esta é uma grande oportunidade de ouvir as instituições e avançar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vinícius Conceição, defensor público.

Anuncio a presença do Padre Paulo Henrique – PH, da Paróquia Santa Rita de Cássia, Jardim Danfer. Seja muito bem-vindo.

Seria bom ouvir a CET, depois a GCM.

O SR. - Eu represento a área central da Cidade. Inclusive tive uma reunião com o pessoal da Cultura, que está organizando o evento da Consciência Negra, vai ter um palco na República, uma série de atividades que a gente aprovou sem problema. Mas independentemente de ser manifestação ou evento, a CET de qualquer forma sempre acompanha, para dar segurança ao povo todo, porque são muitas pessoas, interferem com o trânsito. A gente nunca deixa de acompanhar.

Da área da Paulista ele que é o representante. Na área central, o que teve no ano passado de Marcha saiu da República, pegou a São Luís, Xavier de Toledo, passou pelo Theatro e parou no Largo do Paissandu. Não tivemos problema nenhum. Pelo contrário, foi acompanhado tudo direitinho nesse dia que é feriado na Cidade.

Da Paulista ele que é o responsável, ele pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – A reclamação deles é que às vezes colocam aquele carro de som, caminhão de som, aí eles vão lá e multam o carro de som e dão prazo para tirar.

O SR. - Eu acho o seguinte: carro de som tipo trio elétrico, não é?

O SR. PRESIDENTE (Reis) – É.

O SR. - Esse carro de som tem de ser aprovado pelo pessoal do... Tem um departamento na CET que vê a altura do caminhão, comprimento do caminhão, a velocidade que ele vai andar. Precisa uma autorização especial só para isso aí, para o trio elétrico. É um departamento da CET que fornece essa autorização. Mede o caminhão

montado, desmontado, enfim, são detalhes que eu não tenho. Precisa ver se eles providenciaram essa autorização e se foi autorizado pelo pessoal da CET, desse departamento de autorizações especiais.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Porque eles acabam usando esse som para fazer as falas, fazer as manifestações do pensamento, para que todos tomem conhecimento, para que aquele público que está ali possa ouvir, então eles acabam usando. Eu já estive lá em algumas Marchas e o caminhão de som não é uma coisa grande, é um caminhão pequeno, mas eles reclamam que todos os anos têm tido problemas.

Eu pensei que o problema era a Polícia Militar, fui bater lá, mas a Polícia Militar disse que não tem problema, que acompanha, dá segurança, mas segue o que a CET determina. E obviamente fomos bater no Ministério Público por causa do TAC, ou seja, nós queremos um diálogo para que as coisas ocorram sem tantos problemas como aconteceu, perante as reclamações que nos foram trazidas.

O Sr. Fernando quer falar também? O senhor é da Paulista, não é?

O SR. FERNANDO – Boa tarde. Eu represento a área da Oeste, que a gente é subdividido, na Paulista.

Manifestação, como está sendo tratada, a gente sempre dá apoio, nunca tem problema, junto com a PM que faz os bloqueios e a gente faz o entorno para dar segurança a todos. Provavelmente o que aconteceu com multas deve ter sido isso. Chama-se AET, Autorização Especial de Trânsito, para o tipo do tamanho do caminhão. Não sei se foi o caso. Geralmente trio elétrico precisa. Mas isso pode ser consertado, tratado, fala com o órgão e emite autorização e é tranquilo, é só combinar. Já está fechada a Paulista mesmo, só faz o acompanhamento da Marcha para a Consolação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Dois caminhões.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO – Normalmente os trios elétricos são sempre os mesmos na

cidade de São Paulo. Já estão acostumados com esse tipo de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Quando tem aquelas manifestações que teve recentemente, pró-Bolsonaro, pró-não sei quem, lá tem trios elétricos de 50m de comprimento. Eu nunca vi um negócio daqueles.

O SR. FERNANDO – E eles, na reunião preparatória, lá no CP1, na Vergueiro, eles já conversam com o pessoal da autorização especial e quando se deslocam para a Paulista já estão com autorização. Já há um preparo anterior.

Acho que é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – OK. A Guarda Civil, a representante do Secretário de Segurança Urbana.

A SRA. - Boa tarde a todos, Vereador, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes.

Pelo que eu entendi, a discussão é se é manifestação ou se é um evento programado para que seja realizado ou não na Paulista. Acho que, independentemente de sair desse TAC com a autorização ou não, ou se tratando apenas de uma manifestação, a obrigatoriedade da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, assim como foi em todas as Marchas que ocorreram, é prestar o devido apoio tanto à municipalidade, nas ações específicas da municipalidade, no apoio ao agente público que está lá fazendo a sua atividade naquele local, como em ação conjunta com a Polícia Militar para a segurança do evento.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – OK. O senhor quer falar também? Eu estou deixando o Ministério Público por último. Perceberam? A Casa Civil...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. - Eu queria só tirar algumas dúvidas com relação ao que você falou de estrutura para o evento. Sendo considerada uma manifestação é possível ser colocada uma estrutura? Qual seria o entendimento para eu passar para a Casa Civil

O SR. PRESIDENTE (Reis) – A Marcha agora está no calendário de eventos da Cidade de São Paulo, Lei 17.045. Nós já colocamos no calendário de eventos para ver se

neutraliza os problemas. Você viu o questionamento que você faz? Porque a Secretária Elisa Lucas no ano passado pediu estrutura e não deram a estrutura, e aí eu fui para cima da Casa Civil, aí a Casa Civil: “não, porque não pode, porque é um evento, que não sei o quê”, e não liberou a estrutura. E a Secretária, ficou o movimento negro todo em cima dela, pressionando e ela ali com o pires na mão, sem ter condições de resolver. Então não é possível isso. Está no calendário de eventos agora para não ter as desculpas. Faz parte dos eventos da cidade de São Paulo, então nós queremos que a sociedade civil atenda à Secretaria de Direitos Humanos dentro desse calendário da Cidade, de um evento da Cidade.

O SR. - É que houve mudança do secretário e muita parte da equipe, então vou deixar comunicado isso para haver já uma previsão e tudo mais, porque ainda temos um tempo para a questão da estrutura, sim.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito bem.

Bom, o Padre quer falar? O senhor quer abençoar nossa reunião?

O SR. PAULO HENRIQUE – Boa tarde. Sou o Padre PH, quero desejar a bênção que é importante. Sem a bênção de Deus, sem a bênção da vida nós não estaríamos aqui, então é de suma importância. Quero saudar todas as lideranças, autoridades e quero também falar da importância dessa luta, do resgate da comunidade afro do Brasil.

Na minha diocese tínhamos um grande sacerdote, provavelmente muitos de vocês devem conhecer o Padre Sales, mas ele era mais conhecido como Padre Sabé. Ele sempre levantou na nossa diocese a bandeira da comunidade negra do Brasil e, com certeza, este evento é de suma relevância. E eu sei também das problemáticas que a gente tem, também vim conversar com o Vereador sobre isso, porque quando fazemos o evento nós somos multados, os carros são multados, então é muito importante que as autoridades nos ajudem nesse evento.

Desejo a todos um bom êxito nesta reunião e para o evento também. Deus abençoe todos.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Padre.

Vamos ouvir o procurador de justiça. Fiquei muito contente com a presença do senhor.

O SR. - Na verdade eu agradeço que tenha sido um convite institucional ao Ministério Público e não só à promotoria envolvida na questão, que é a Promotoria de Habitação e Urbanismo.

Em primeiro lugar, gostaria de saudar todos na pessoa do Presidente Reis, e colocar algumas questões.

O Ministério Público padece de uma garantia constitucional, que não é dele, é do cidadão, que é do promotor natural, que lhe confere a sua independência e autonomia. O procurador-geral nada mais é do que o chefe da instituição, ele indica as políticas públicas. E as políticas públicas, nos últimos seis anos, especificamente, têm sido muito centradas na questão da igualdade racial, no fomento da igualdade racial. Nós já temos leis, que antecederam inclusive de vários outros estados, de cotas inclusive para o cargo de promotor, normas que infelizmente ainda são insuficientes. Nós avançamos, desde 2006, um trabalho contínuo com isso. Sueli é amiga já de longas batalhas nesse caminho.

Por que eu fiz essa preliminar? Há um TAC efetivamente. Houve um inquérito civil da Promotoria de Habitação e Urbanismo. Esse inquérito civil única e tão somente teve como objeto regulamentar quando a Avenida Paulista poderia ser fechada por conta de um evento. Esse TAC, a primeira coisa que nós temos que discutir, é se ele ainda continua plenamente vigendo, porque à época dele não tinha fechamento aos domingos e feriados. Então não haveria a questão do fechamento e do uso da própria avenida impedindo o trânsito regular.

Sob esse aspecto me parece que os encaminhamentos que devem ser dados e que eu darei institucionalmente, eu gostaria que constasse inclusive, são os seguintes: relatar o teor da nossa reunião de hoje da Comissão; encaminhar ao promotor que hoje responde pelo caso, que já não é mais o mesmo de 2006, esta questão; e, levando em consideração que o último evento em que esse TAC foi alvo de uma observação, que foi em 2015, justamente na inauguração das ciclovias, em que houve outro impedimento pelo Ministério Público,

encaminhar a questão e demonstrar que isso é uma manifestação que não termina turbando o restante, mas existem outras questões tangenciais.

Eu pedi que viesse um membro da Assessoria Militar comigo, porque de 2006 para cá houve uma série de regras para o próprio exercício das manifestações. Todas as instituições democráticas, e o Ministério Público não foge disso, devem fomentar todo tipo de manifestação; é nosso papel fomentar inclusão, cidadania e a livre manifestação das pessoas. Mas precisamos também, a um só tempo, garantir a segurança dos próprios manifestantes.

Nós estamos numa época, no Brasil, bastante complicada, e quando eu falo dessa época eu nem falo dos poderes públicos, porque o Ministério Público continua funcionando normalmente, e a Polícia Militar, a Guarda Civil, tenho certeza de que as instituições democráticas continuam funcionando, a sociedade vive um momento de ebulição. Na verdade nós precisamos garantir que a Marcha de 20 de novembro se dê com segurança plena para todos e sem nenhum tipo de contratempo.

Só recordando, nós temos uma lei estadual de 2014 que regulamenta a proibição do uso de máscaras, que tem algumas regras. Ela não faz distinção entre marcha e eventos de outra natureza, ou entre manifestação autorizada ou não, até onde me recordo do teor da lei.

Então quais encaminhamentos eu farei? Primeiro, reportar ao colega a necessidade de que a Marcha seja encarada como uma manifestação efetivamente. É um evento, está no calendário, mas ela deve ser encarada como manifestação e não como evento, o que implicaria no fechamento da Paulista e na exclusividade dela para isso, e aí deixar a critério dele. Além disso, representar para que seja instaurado um procedimento só para o evento de 20 de novembro, porque ele tem especificidades próprias dele. Ele não é um evento normal, é um evento de afirmação de mais da metade da população brasileira, de afirmação de suas raízes e de afirmação dessas raízes na construção de uma Nação brasileira, que não é branqueada, que não é miscigenada, que efetivamente tem a participação cultural negra muito forte. Embora o Estado seja laico, nós temos um padre aqui, eu sempre digo que meus deuses são negros, eu professo uma tradição de origem africana, e sou de família italiana. Isso faz

parte da nossa vida e do dia a dia.

Então é importante que tenhamos um procedimento próprio no Ministério Público para o dia 20, incluindo Habitação e Urbanismo nessa discussão. Nós precisamos garantir a segurança de todos que vão participar. Nós precisamos garantir que nenhum grupo se oponha ou turbe a livre manifestação de pensamento dos manifestantes. Não podemos perder de vista que isso é algo que pode acontecer no radar e, esporadicamente, em anos anteriores eu já tive relatos de situações pontuais dessa natureza. Então é também papel do Ministério Público essa garantia e, se for o caso, pedir recomendações à Polícia Militar, solicitar à Polícia Militar a figura do mediador quando se fizer necessária. É aquele velho ditado que meu avô, que meu pai dizia: prever é prover. É para que possamos prever eventuais problemas, evitar que problemas venham a acontecer.

Então que essa data possa ser comemorada com a pujança que merece ser comemorada com a tranquilidade que merece, exaltando o que o Brasil tem de negritude na sua construção, e que é muito, mas muito mais do que a maioria de nós até acredita.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Agradeço às palavras do Dr. Afonso. Abro espaço a se mais alguém quer falar. Está chegando a Sandra Mariano que faz parte do Conen. Peço que tome assento para fazer parte da Mesa.

Tem a palavra o Sr. Enéas Silva. (Pausa). O Sr. Eduardo. (Pausa) Não vieram.

Sandra, praticamente todos falaram e nós estamos na parte final da reunião, mas está presente a GCM, a Casa Civil, a Secretaria de Igualdade Racial, o Ministério Público, a Comissão de Segurança, o Padre PH, o Zé Adão, o Vinícius Defensor Público. Então a reunião está bem representativa.

Pelo entendimento, até mesmo o próprio Ministério Público tem de dar todo apoio à Marcha.

Está também presente o Vinícius, Defensor Público.

Então eu deixo aberto o microfone, e se você quiser fazer a sua fala, Sandra, a respeito dos problemas, Sandra que é uma das organizadoras da Marcha.

Então, nós falamos dos problemas que acontecem todo ano, multas, problemas que acabam embaraçando o exercício democrático da Marcha.

A SRA. SANDRA MARIANO – Boa tarde a todos, a todas. Desculpe-me pelo atraso, mas nós acabamos sair da Assembleia Legislativa onde nós implementamos o Núcleo de Promoção da Igualdade racial do PT, logicamente com as representações de todas as bancadas da Assembleia Legislativa. Viemos correndo porque achamos muito importante estar nesta reunião.

Eu creio, Reis, acho que pelo que você explanou, as pessoas tiveram conhecimento de todas às dificuldades que acontecem no dia 20 de novembro. Nós estamos indo para 16ª Marcha, e sim chamamos de Marcha porque achamos importante manter esse nome, pois no dia 20 novembro nós celebramos Zumbi dos Palmares e Dandara.

Portanto, nós nos dirigimos ao Reis porque nós não podemos concordar que todo ano nós recebamos multa, e multa alta, e tanto multa pelo carro de som como também ao motorista. E nós, enquanto entidade do movimento negro nos cotizamos para tanto para pagar essa multa quanto para tirar os pontos da carteira do motorista.

Então é uma celebração que fazemos, entendemos e trouxemos a esta Casa tais problemas para que possamos no dia 20 de novembro, seja ele que dia for da semana, celebrar esse dia tão importante para o movimento negro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sandra. Nuno, você também quer usar da palavra?

O SR. NUNO – Obrigado, Vereador, pela oportunidade. Quero parabeniza-los pela importante reunião em que pudemos trazer o conjunto do movimento negro, as entidades que constroem a Marcha do Dia 20 de Novembro. Lembrando que o dia 20 de novembro nesta Cidade é feriado municipal. Portanto, há várias manifestações sociais referentes à data e ao conjunto de ações que a maior população desta Cidade representa, que é a população afrodescendente, a população negra, autodeclarada a maior população em números absolutos

da cidade de São Paulo.

Evidentemente, ainda que não fosse feriado o dia 21 de novembro, o conjunto da sociedade iria se manifestar de alguma forma. A Avenida Paulista para nós é o centro das manifestações públicas da cidade de São Paulo. E também para mim é o espaço da Marcha da Consciência Negra. Hoje todo mundo utiliza a Avenida Paulista como centro de mobilização, de manifestação política, de representações diversas, seja cultural ou social. A Avenida Paulista é hoje o grande centro de referência da cidade de São Paulo.

É fundamental para nós que o poder público, que a Prefeitura Municipal, que os órgãos de Estado constituído em nossa Cidade indiquem que a Marcha do dia 20 de Novembro seja referenciada na Avenida Paulista. Várias pessoas do comércio, muitas vezes, me questionam, é feriado de mais no mês de novembro, há três feriados. Daqui a pouco vamos ter feriado para os brancos, só tem para os negros... O feriado inviabiliza o comércio na Cidade, na maior economia do País. Respondi: escuta, o senhor está questionando o dia 20 de novembro, por que não questiona o dia 15 de novembro? Não acontece nada no dia 15, ninguém faz nada, no dia 20 acontecem várias manifestações, a população negra faz várias manifestações para além da Paulista. Então geramos melhora na Economia, geramos emprego porque para fazer um ato na Paulista é preciso contratação de som, isso é dinheiro; precisamos contratar o carro de som, isso é dinheiro, precisamos de alambrado, isso é dinheiro. A cara que vende água, lá no Paulista, está ganhando dinheiro. Temos uma série de mobilizações financeiras no entorno de dia 20, mas não ouço ninguém questionar o dia 15 de novembro porque ninguém sai de casa.

Então o dia 20 de novembro, para nós, é fundamental e existirá para sempre. Portanto, é preciso que o conjunto dos poderes constituídos da cidade de São Paulo entenda que precisa somar conosco e não dificultar nossa ação. Essa é uma ação do movimento social. Estamos aqui para somar com vocês na medida em que vocês somarem conosco, se houver essa possibilidade, se não houver, o movimento social não sairá da rua porque a rua é o seu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Abro a palavra a mais alguém que queria falar.

(Pausa) Pois não, senhor.

O SR. AFONSO PRETI – Vereador Reis, se me permitir, o senhor tem razão em tudo que falou. O racismo do Brasil é estruturante. As pessoas e as instituições, mesmo com as melhores intenções possível, não conseguem compreender que são racistas. Esse é outro obstáculo que enfrentamos sempre, a estrutura cultural brasileira tem efetivamente o racismo estruturante. Existem inúmeros fenômenos que podemos citar e que estão relacionados, mas enfim o que eu proponho a todos é que possamos, com a participação de todos os presentes – e estou falando das instituições - instaurar procedimentos.

Parece-me que a Marcha é um evento dinâmico e no futuro pode ser que nem seja mais uma marcha, que possa ganhar outros contornos aos moldes do que nós já temos na questão das populações LGBTTSI. Temos inquérito civil instaurado justamente para a Parada do Orgulho LGBTTSI, que segundo os números envolvem 10% da população, e da Marcha estamos falando de mais de 50%. Então que esse procedimento permanente possa amoldar e dele sair às recomendações, e que todos os setores da sociedade civil e do Governo serão ouvidos porque temos de garantir segurança para todos, liberdade de manifestação para todos e evitar que tenhamos embates pontuais, evitar que tenhamos questões tangenciais até do ponto de vista religioso. Hoje nós temos a negritude espalhada em todas as religiões e em algumas delas há facções antagônicas.

Temos de ter um procedimento efetivamente no âmbito do Ministério Público e da Câmara, eu acho que deviam se manifestar para que possamos monitorar necessidades e se preparar para tais necessidades. Sabemos que são tantos carros autorizados, ah, mas nesse carro vamos ter problema, pedimos recomendação para a CET e a CET vai dar a resposta. Só que isso tem de ser feito muito rápido.

Eu vou sair daqui e propor a instauração de expediente porque o dia 20 de novembro, um evento dessa magnitude, esse evento será amanhã. Não temos tempo e as questões são múltiplas. A participação da PM será necessária? Como todo movimento dessa

natureza, a participação será absolutamente passiva e deverá garantir a liberdade de manifestação, de forma absolutamente passiva; e deve evitar eventuais focos que possam surgir este ano. Este ano é um ano em que há maior contencioso na sociedade e poderemos ter então o exercício pleno de manifestação nesse dia.

Então o que me parece - e esse é o encaminhamento que vou fazer à Procuradoria Geral - é que tenhamos o procedimento de chamar todos da sociedade que queiram participar, e também procedimento para regulamentar todas essas questões.

Há questões no âmbito viário, no âmbito da Segurança, no âmbito da própria infraestrutura que o Estado vai fornecer para a realização do evento. Todos eles são pontos de intervenção diferente da Promotoria de Justiça, são colegas diferentes. Parece-me que essa é melhor solução para que possamos concatenar os diversos aspectos. Não se trata de querer trazer protagonismo ao MP, mas pela natureza das atribuições conferidas ao MP e ao Legislativo, que os dois possam ter instrumentos parecidos pra cuidar da questão.

A própria Câmara cobrar do MP, como fez agora, os senhores estão faltando conosco, os senhores estão com *staff* de 2005/2006 que não se adequa mais as nossas necessidades! Esse é o papel da Câmara, é o de instar, não temos o monopólio da virtude ou da verdade. É papel dos senhores instarem o MP àquilo que ele deve fazer.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Dr. Afonso, eu agradeço a sua fala. Quero dizer ao senhor que é muito importante o procedimento que o senhor vai instaurar. É importante que a CET, que a Polícia Militar, que a própria Prefeitura, a Subprefeitura, cada um com o seu papel, compreendam a questão e a sua participação no processo. Hoje é muito fácil jogar para o TAC. Hoje se for a qualquer órgão falar da Marcha, vão dizer: remeta ao TAC, lavam as mãos. É isso que está acontecendo, e é o que o senhor falou, de repente o TAC, de acordo com o que está acontecendo com o fechamento da Paulista, está perdendo o seu objeto.

Então é de suma importância que a CET possa receber orientação, que a Guarda Civil, que a Polícia Militar e a Casa Civil, a Secretaria de Igualdade Racial e de Direitos Humanos, os movimentos, a Defensoria Pública para terem entendimento. Não dá para ficar se

desculpando, jogando a questão, porque se existe TAC aí eu não faço nada. Percebi até agora o seguinte, há um TAC e não podemos fazer. Eu até representei junto ao MP para que o TAC fosse aditado. Se há três eventos, vamos pedir que incluam mais um.

Então eu acho que o senhor vai nos ajudar muito com essa posição. Eu, de ofício, vou pedir a Secretaria da Comissão Segurança que remeta às notas taquigráficas para todos os órgãos aqui presentes, para que tomem conhecimento do que foi discutido e fique registrado. Que mandem ao Ministério Público, à CET, à Guarda Civil Metropolitana, à Secretaria de Segurança Urbana, aos movimentos sociais, à Casa Civil para que então recebam o resumo do que foi aqui discutido.

A SRA. SANDRA MARIANO – O senhor me dá licença? Queria dizer que a Marcha da Consciência Negra é uma marcha dos movimentos, não é do Estado. Nós temos 10 entidades nacionais e somos nós quem organizamos.

Em relação à Segurança, nós é que fazemos a segurança porque nós temos de ter a responsabilidade. É como o dia 8 de março, Nós comunicamos o horário, toda a estrutura, mas a configuração, a organização da Marcha da Consciência Negra é feita pelos movimentos.

Esta semana já começamos a organizar fazendo a primeira reunião. É a 16ª Marcha e lembrando que a primeira Marcha da Consciência Negra, quem saiu foi a CUT – Central Única dos Trabalhadores. Depois houve o entendimento de que nós teríamos de ampliar. Então nós do Movimento Negro entramos na organização, e a participação, tudo é feito, tem a autonomia do Movimento Negro.

Sim, é importante a Segurança, mas nós nunca tivemos problema nesses 16 anos de Marcha. Não houve atrito com a PM, nunca tivemos nenhum problema e pretendemos seguir com esse mesmo é formado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vou ter de encerrar a reunião porque nós estamos entrando no horário de plenário, e o Regimento não permite que haja reunião paralela ao plenário.

(NÃO IDENTIFICADO) – É bem rapidinho, é só um informe. Foi feita uma primeira

reunião a semana passada, vamos fazer reuniões semanais até chegar novembro.

O diferencial dessa Marcha é que houve agora eventos do patrimônio histórico da Cidade e parte das organizações que participaram da jornada do patrimônio se incorporaram à organização da Marcha. Vai ter evento no dia 16 de setembro e no dia 20 de setembro. Então ampliou muito os participantes. Também nas edições anteriores, são pais, são idosos, são crianças que participavam e participam, então é um evento social. Agora vai estar bem mais potencializado porque o que era do patrimônio da Cidade está incorporando, então vamos ter uma grande Marcha.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu agradeço a presença de todos, acho que a reunião foi bastante produtiva. E não havendo mais tempo, eu declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.
